



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O INSTRUMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS NO PDDUA DE PORTO ALEGRE: APLICAÇÕES E IMPACTOS NA DINÂMICA DA CIDADE. Uma análise das contrapartidas, medidas compensatórias e medidas mitigatórias
Autor	ELISA ESCOSTEGUY UTZIG
Orientador	FABIAN SCHOLZE DOMINGUES

O INSTRUMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS NO PDDUA DE PORTO ALEGRE: APLICAÇÕES E IMPACTOS NA DINÂMICA DA CIDADE

Uma análise das contrapartidas, medidas compensatórias e medidas mitigatórias

Autora: Elisa Escosteguy Utzig | Orientador: Prof.º Fabian Domingues

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Economia Urbana

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (L.C. 434/99 atualizada e compilada até a L.C. 667/11, incluindo a L.C.646/10) data de 1999 e sua primeira atualização foi aprovada em 2010, com o Estatuto das Cidades (lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição Brasileira) já em vigor. Atualmente, o processo de revisão encontra-se em andamento - em meio a um contexto de crise política, econômica e social no Brasil - e para impedir que esse importante instrumento de planejamento e gestão da cidade seja mais um instrumento apropriado pelo capital, é necessário compreender as ferramentas e os processos que o compõem.

Em um momento de fortes disputas pela cidade, torna-se ainda mais necessário apropriar-se do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre e analisar os instrumentos que ele prevê - quais têm sido os impactos econômicos e sociais de suas aplicações na cidade e a quem eles têm beneficiado - de modo a embasar a luta por uma cidade mais democrática e participativa.

Através de uma análise do PDDUA, o instrumento dos Projetos Especiais (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) chama atenção por seu caráter flexibilizador dos regimes urbanos, constituindo um instrumento imprescindível para a implementação de grandes empreendimentos imobiliários na cidade. Por este motivo, faz-se necessário o estudo deste instrumento de maneira a elucidar o papel que ele tem cumprido no desenvolvimento do território urbano e suas adjacências.

Desta forma, a presente pesquisa consiste em um estudo sobre este instrumento buscando compreender sua função e o meio pelo qual o mesmo é implementado. Através de ferramentas de georreferenciamento, se pretende analisar a maneira como estes projetos se inserem na dinâmica da cidade, evidenciando graficamente os impactos econômicos e sociais de ferramentas de flexibilização da regulação do planejamento urbano.

O banco de dados elaborado durante o ano de 2017 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana (NEPEU) reúne o conjunto de Projetos Especiais de 2º grau que originaram termos de compromisso entre o empreendedor e a Procuradoria Geral do Município no período de 2013 a 2017. Nesse contexto, se pretende complementar as informações do banco e criar novas categorias de análise, explorando com mais profundidade as contrapartidas, medidas compensatórias e mitigatórias acordadas nos termos de compromisso.

O presente trabalho, dentre os outros trabalhos do NEPEU vinculados a este objeto de pesquisa, pretende - a partir da categorização e posterior georreferenciamento das contrapartidas, medidas compensatórias e mitigatórias acordadas - melhor compreender como os Projetos Especiais de 2º grau estão colaborando (ou não) com o modelo de proposto pelo PDDUA em vigor, como a gestão do planejamento urbano da cidade de Porto Alegre tem utilizado este instrumento e quais têm sido os impactos e benefícios das contrapartidas, das

medidas compensatórias e das medidas mitigatórias já executados para os habitantes da cidade.